

---

**Evasão escolar: apreensões e compreensões em contexto adverso**

---

**School dropout: apprehensions and understandings in an adverse context**

---

**Evasión escolar: aprehensiones y comprensiones en contexto adverso**

---

Oliveira, José Adelmo Menezes de<sup>1</sup> (Aracajú, SE, Brasil)  
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7642-3427>  
Magrone, Eduardo<sup>2</sup> (Juiz de Fora, MG, Brasil)  
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-0338-7867>

**Resumo**

A evasão escolar é um fenômeno que afeta os sistemas educacionais do mundo inteiro, com maior ou menor gravidade, e com efeitos mais devastadores sobre os estudantes das localidades mais pobres. Ela implica um rasgo de desigualdade em função da ausência de equidade na qualidade da educação escolar. Este trabalho se propõe a analisar o conteúdo de artigos publicados entre 2016-2021, sobre evasão escolar em periódicos científicos brasileiros, verificando o que eles dizem sobre a(s) noção(es) e apontamentos alternativos. Foram analisados doze artigos extraídos do portal EDUC@, dada sua singularidade em relação aos demais indexadores de periódicos científicos disponíveis no Brasil. O período de publicação coincide com uma crise de múltiplas dimensões com efeitos diretos e profundos de ampliação da evasão escolar. Existe uma ausência de consenso e uma pluralidade de noções sobre evasão escolar que podem ser organizadas em duas correntes distintas, a gerencial e a orgânica, configurando uma disputa, visto que a definição de um objeto de pesquisa social nunca é desinteressada. A evasão e a permanência não são apenas fenômenos recorrentes de um tipo ou outro de escola, mas categorias que são produzidas pelas relações das classes sociais com o sistema escolar. Ademais, nos trabalhos, constam possibilidades entrecruzadas de enfrentamento da evasão, restando clara sua magnitude e a necessária articulação entre os estudantes, os profissionais da educação e os gestores públicos em vista do desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas.

**Palavras-chave:** Evasão escolar, Sistema educacional, Políticas Públicas, Tempos adversos

**Abstract**

Dropping out of school is a phenomenon that affects all educational systems of the world, to a greater or lesser extent, and with the most devastating effects on students in the poorest locations. It implies a streak of inequality due to the lack of equity in the quality of school education. This paper aims to analyze the content of articles published between 2016 - 2021 about school dropouts in Brazilian scientific journals, verifying what they say about the notion(s) and alternative notes. Twelve articles from the EDUC@ portal were analyzed, given its uniqueness to other indexers of scientific journals available in Brazil. The publication period coincides with a crisis of multiple dimensions with direct and profound effects on school dropouts. There is a lack of consensus and a plurality of notions about school dropout that can be organized into two distinct currents, the managerial and the organic, configuring a dispute since the definition of an object of social research is never disinterested. Dropout and permanence are not just recurrent phenomena of one type of school or another, but categories that are produced by the relationships of social classes with the school system. Furthermore, in the works, there are intersecting possibilities for coping with dropout, leaving clear its magnitude and the necessary articulation between students, education professionals, and public administrators are given the development of more assertive public policies.

**Keywords:** School Dropouts, Educational System, Public Policies, Adverse Times

**Resumen**

La evasión escolar es un fenómeno que afecta los sistemas educacionales de todo el mundo, con mayor o menor gravedad, y con los efectos más devastadores a los estudiantes de los pueblos más pobres. Esa deserción implica en un problema de desigualdad en función de la falta de equidad en la calidad en educación escolar. Este trabajo se dispone a realizar el análisis del contenido de los artículos publicados entre 2016-2021, sobre el abandono escolar en revistas científicas y en periódicos

---

<sup>1</sup> Professor efetivo do Instituto Federal de Sergipe/IFS. [adelmo.oliveira@ifs.edu.br](mailto:adelmo.oliveira@ifs.edu.br)

<sup>2</sup> Professor associado iii da Universidade Federal de Juiz de Fora e pesquisador associado do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. [eduardomagrone@gmail.com](mailto:eduardomagrone@gmail.com)

brasileños, verificando lo que dicen sobre la (s) noción(es) e indicaciones alternativas. Fueron analizados doce artículos extraídos del portal EDUC@, dada su singularidad en relación a otras bibliografías de revistas científicas disponibles en Brasil. El periodo de publicación coincide con una crisis de múltiples dimensiones con efectos directos y profundos sobre el abandono escolar. Existe una falta de consenso y una pluralidad de nociones sobre la evasión escolar que se pueden organizar en dos corrientes distintas, la gerencial y la orgánica, estableciendo una disputa. Ya que la definición de un objeto de investigación social nunca es desinteresada. La evasión y la permanencia no son solo fenómenos recurrentes de un tipo de escuela u otra, sino categorías que se producen por las relaciones de las clases sociales con el sistema escolar. Además, en los trabajos, hay posibilidades que se cruzan para un enfrentamiento de la evasión, dejando clara su magnitud y la necesaria articulación entre estudiantes, profesionales de la educación y administradores públicos para el desarrollo de políticas públicas más asertivas.

**Palabras clave:** Evasión escolar, Sistema educacional, Políticas públicas, Tiempos adversos.

## Introdução

A evasão escolar é um fenômeno recorrente nos sistemas educacionais nacionais e pelo mundo a fora. Ela desafia professores, estudantes, gestores e famílias. No Brasil, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) classifica a evasão escolar como um indicador de fluxo e a define como sendo a proporção de alunos que, em dado ano, estavam matriculados em determinada série (etapa seriada do ensino fundamental ou médio) e, no ano seguinte, não realizaram a matrícula. Segundo o INEP, não se deve confundir a evasão escolar com o abandono escolar, que é um indicador de rendimento escolar. O abandono escolar acontece quando o aluno se afasta da escola durante o ano letivo. Tecnicidades à parte, a evasão é um importante objeto de pesquisa das ciências educacionais e, no Brasil, vem despertando o interesse de muitos pesquisadores.

Nesse artigo, propomo-nos a analisar o conteúdo dos artigos publicados sobre evasão escolar em periódicos científicos brasileiros, disponibilizados no portal EDUC@. O portal EDUC@ é um indexador de periódicos científicos da área da educação. Ele utiliza a metodologia SciELO (Scientific Electronic Library Online). Esse portal foi desenvolvido para atender as necessidades de intercâmbio científico dos países em desenvolvimento, em particular da América Latina e Caribe. A opção por analisar os periódicos do portal EDUC@ deu-se em razão de sua singularidade em relação aos demais indexadores de periódicos científicos disponíveis no país. A própria denominação indica que o portal abriga periódicos específicos da área educacional, proporcionando assim uma fonte atraente de consulta para aqueles que estão inscritos no campo educacional brasileiro como pesquisadores de programas de pós-graduação e institutos de pesquisa.

---

Compreender um dado fenômeno social é compreender como determinada época o concebe e o representa em relação às épocas anteriores e em relação às perspectivas futuras daquela mesma época. Por exemplo, a evasão escolar, em dado momento da evolução de qualquer sistema educacional, pode assumir um significado qualitativamente diferente em comparação com momentos anteriores e posteriores de sua evolução. Nesse sentido, sistemas educacionais mais fechados e seletivos<sup>3</sup> tendem a negligenciar a evasão escolar, porque ela irá aparecer como um fenômeno residual. Em contraste, sistemas mais abertos, que tenham universalizado as matrículas nos níveis mais básicos de ensino e também as ampliado nos níveis superiores, tenderão a olhar para a evasão com mais atenção, pois o seu crescimento ou mesmo estabilidade em altos patamares dificilmente passará despercebido dos usuários, gestores e opinião pública.

Em qualquer caso, a evasão escolar nunca será preservada das tensões inerentes ao desenvolvimento de qualquer sistema educacional. Decerto, a educação não é um bem livre em sociedade alguma. As credenciais escolares são um ativo disputadíssimo entre as classes sociais. Por isso, a evolução de qualquer sistema educacional é sempre o resultado das disputas internas entre os grupos que reivindicam a ampliação do acesso aos diferentes níveis de ensino e aqueles que se opõem à expansão. Trata-se da objetivação no interior do Estado, da sociedade e dos sistemas educacionais das relações de força estabelecidas entre as classes e frações de classe. Nessa chave, a evasão escolar deve ser compreendida como um fenômeno intrínseco às linhas de força que, no passado, definiram os vencedores e vencidos das lutas pela expansão do acesso aos vários níveis e ramificações dos sistemas de ensino. De igual modo, a evasão é projeção, ou seja, a sua compreensão exige também a avaliação da capacidade atual dos vencedores do passado em exercer mais controle sobre as inevitáveis pressões pela democratização do acesso aos níveis de ensino em relação à evolução futura da oferta educacional.

No entanto, nada pode ser mais estratégico de um ponto de vista conservador do que democratizar o acesso e negar seletivamente a permanência, a promoção e, em especial, a aprendizagem de qualidade. No Brasil, a ampliação do acesso a todos os níveis de ensino sempre implicou o surgimento de mecanismos

---

<sup>3</sup> Para Nelson do Valle Silva (2003, p. 105): “[...] dizemos que um sistema escolar é mais ‘aberto’ ou ‘democrático’ quanto menor for a correlação entre a origem social familiar dos alunos e o desempenho destes durante o processo de escolarização, seja em termos do aprendizado (conhecimento absorvido) efetivamente alcançado, seja em termos da realização escolar (anos de escolaridade completada com sucesso) finalmente obtida.”

restritivos da democratização educacional inicialmente prometida. Desde o final da década de 1970, a expansão das matrículas escolares em nosso País conviveu organicamente com variados mecanismos de hierarquização seletiva que, na prática, frustraram, em boa medida, as promessas da democratização. São tantas as desigualdades da oferta em termos de escolarização que um inventário não exaustivo poderia preencher muitas páginas. Desde a divisão entre escola pública e particular até as divisões em turnos e turmas no interior das próprias escolas públicas, a desigualdade educacional brasileira assumiu formas tão variadas quanto eficazes ao longo dos processos de democratização do acesso aos vários níveis de ensino. Em função disso, a compreensão dos mecanismos que a produzem deve sempre estar referida às relações entre a lógica social de funcionamento dos sistemas escolares e as estratégias de escolarização das diferentes classes sociais.

A evasão escolar não escapa desse enquadramento. Cabe observar que o movimento dos grandes números da evasão em si não esgota o seu significado social. Por certo, a perda acentuada de estudantes em áreas consideradas menos valorizadas dos sistemas escolares costuma despertar menos preocupação social do que quando ela acontece em ramos mais valorizados do sistema. Nada de novo! Porém, a concepção agnóstica do fenômeno da evasão tende a descurar que um objeto de pesquisa social e de atenção pública se organiza a partir do grau de legitimidade do próprio objeto e segundo o grau de prestígio que lhe é atribuído pelos diferentes públicos que, em maior ou menor medida, estabelecem com ele uma relação de maior ou menor dependência para assegurar o seu lugar na hierarquia social.

Em sua extensão mais ampla, a evasão, assim como a permanência na escola, não são apenas fenômenos recorrentes de um tipo ou outro de escola ou nível de ensino, mas categorias que são produzidas pelas relações das classes sociais com o sistema escolar. As divisões do sistema educacional são fruto de um trabalho social. Elas são sempre o resultado de uma luta entre grupos para impor os fundamentos de uma visão do sistema escolar que reforce a manutenção ou a transformação desse mesmo sistema sob a ótica da importância dele para a manutenção ou transformação de suas posições no espaço social hierarquizado.

A evasão escolar precisa ser apreendida no interior da evolução do sistema de distribuição do capital escolar entre as classes sociais. Com efeito, ingressar no

campo educacional implica a assimilação dos limites impostos pela sua ordenação classificatória das pessoas em seu interior. Jogar o jogo do campo educacional supõe incorporar, por vezes imperceptivelmente, os modos de fazer típicos dos senhores do futuro ou o senso prático daqueles para quem só resta apostar em um porvir incerto; é aprender a fracassar dignamente, porque se soube proteger o insucesso com as divisas simbólicas das representações dominantes, mas, por razões inversas, é também aprender a se reconhecer indigno de prosseguir os estudos. Nossas redes de ensino já aprenderam a naturalizar os indicadores do dito fracasso escolar. A nossa desmedida desigualdade social tem a sua homologia em nossa desditosa desigualdade educacional. Por isso, a ideia de uma escola justa no Brasil ainda não passa de um imperativo categórico, capaz de suspender, por meio da pura abstração, as oposições superlativas e, ao mesmo tempo, silenciadas por uma assimilação irrefletida das injustiças. A evasão escolar é social e politicamente pedagógica para amplas parcelas de nossos estudantes, porque é capaz de lhes “ensinar” o seu lugar no sistema das distribuições de oportunidades sociais. Viver as consequências da evasão é aprender a legitimidade do lugar que lhe foi ou será em breve negado nas escalas de poder, prestígio e remuneração da sociedade. Nunca devemos subestimar a capacidade preditiva do futuro social implicada na divisão aparentemente inocente entre evadidos e não evadidos da escola.

A realidade social é também o resultado das lutas conceptuais. Por isso, o estudo do trabalho de “construção da realidade social”, como disseram Berger e Luckmann (2014), pode revelar como uma comunidade epistêmica constrói e institucionaliza o que, em dada época, é legitimamente definido como um problema educacional digno de estudos. Este trabalho de construção da realidade social é elaborado e se manifesta na produção intelectual de uma época sobre o dito problema. A ideia de evasão escolar costuma remeter à noção de disfuncionalidade das escolas que, por seu turno, supõe uma representação socialmente legitimada dessas instituições que resiste à ideia de que elas também podem ser excludentes em seu funcionamento e finalidades. Essa representação das escolas como instituições naturalmente integradoras está ligada a uma percepção pública que as vê como espaço altamente relevante para a formação das futuras gerações. Não raras vezes, esta percepção compartilhada não consegue apreender que a perda, eliminação e exclusão escolar de milhares de estudantes das diversas coortes que

ingressam anualmente na vida escolar podem fazer parte de seu funcionamento ótimo em uma sociedade marcada por uma notável desigualdade.

### **Produção intelectual em tempos adversos**

Como se disse, a própria definição de um objeto de pesquisa social nunca é absolutamente desinteressada. Ela é sempre o resultado do trabalho intelectual de quem se dedicou anteriormente ao seu estudo, como bem lembrou Lenoir (1996), ao se referir às representações sobre a forma como os “problemas sociais” aparecem para os sociólogos. Por conta disso, uma das primeiras dificuldades que se apresenta para aqueles que se propõem a estudar um fenômeno social são as representações pré-estabelecidas do seu objeto de estudo. Estas representações nunca são inteiramente “objetivas” ou desinteressadas. As definições de fracasso, evasão, abandono ou clima escolar, para ficar apenas em alguns exemplos, são o resultado da predominância de algumas formulações sobre outras concorrentes no interior do campo de produção científica da educação. Essas definições ascendentes têm a capacidade singular, mas, por vezes pouco visível, de induzir o pesquisador a apreender o seu objeto da maneira preestabelecida e dominante na área de seu interesse.

Para Lenoir (1996), essas pré-noções, como as denominava Émile Durkheim (2004), podem assumir formas variadas. Em todos os casos, o pesquisador deve estar consciente da necessidade de submetê-las a uma crítica preliminar a despeito do fato de muitas delas contarem com reconhecimento acadêmico nada desprezível. Para Lenoir, nunca é demais lembrar que as pré-noções têm uma influência cognitiva eficiente, porque são capazes de conciliar as ações dos agentes sociais (incluindo os pesquisadores) com os princípios, classificações e normas socialmente aceitas que organizam o mundo social. Elas ajustam a visão do pesquisador à visão comum do mundo que é aceita como legítima em sua sociedade.

As pré-noções não são conceitos extrínsecos ao nosso modo de apreender e compreender o mundo social que se apoderam da nossa consciência lúcida. Eles fazem parte da nossa consciência exatamente porque nós não costumamos questionar os pressupostos da nossa “lucidez”, quando abordamos a realidade social. Por exemplo, muitos educadores podem se surpreender diante da noção de que não são os alunos pobres que, predominantemente, abandonam a escola no Brasil, mas



é a escola que os abandona<sup>4</sup>. Como dito antes, a noção de que o abandono escolar é definido operacionalmente como sendo o desligamento do aluno durante o ano letivo pelo oficial e prestigiado INEP encerra uma capacidade nada desprezível de conformar o modo como os pesquisadores irão abordar inicialmente a evasão escolar. Como diz Lenoir (1996, p. 62):

[...] Com efeito, os “problemas sociais” são *instituídos* em todos os instrumentos que participam da formação da visão corrente do mundo social, quer se trate dos organismos e regulamentações que visam encontrar uma solução para tais problemas, ou das categorias de percepção e pensamento que lhes corresponde. Isso é tão verdadeiro que uma das particularidades dos problemas sociais é que, em geral, estes se encarnam, de forma bastante realista, nas “populações” que apresentam “problemas” a serem solucionados. Muitas vezes, tais populações chegam a ser determinadas segundo critérios “fisiológicos” (“mulheres”, “jovens”, “velhos”, “excepcionais”, certas categorias de doentes ou deficientes físicos, etc.).

A perspectiva positiva das pré-noções pode induzir à adoção de uma definição do que é designado por evasão ou abandono escolar que prejulga a respeito da natureza de sua causa. Assim, a busca sobre como é compreendida a evasão escolar pode revelar o peso das definições instituídas que influenciam as condições de observação do fenômeno estudado pelos especialistas. Mesmo as definições gerenciais das estatísticas educacionais não estão livres das representações elaboradas por pedagogos, sociólogos, especialistas em políticas públicas, psicólogos etc. Os conceitos manejados por eles costumam estar impregnados por uma teoria das causas da evasão. Por isso, o estudo das representações dos especialistas assume elevada importância para o entendimento da evasão escolar. Afinal, conhecer as categorias que classificam os diferentes tipos de perdas de estudantes ao longo de um ou mais anos letivos como “evasão escolar” implica conhecer os diferentes modos de conhecer a evasão que, por seu turno, irão influenciar, ao menos parcialmente, as definições das causas do fenômeno em estudo.

Bem entendido, não se trata de o pesquisador tomar partido nas disputas conceptuais acerca do seu objeto de estudo. Trata-se, pois, de iniciar a sua empresa de pesquisa, levando sempre em consideração a realidade dessa disputa. No caso de um conceito-chave como evasão escolar, é preciso analisar os agentes que elaboram

---

<sup>4</sup> “Se a escola se distancia das necessidades dos estudantes, não se relaciona, se isola e abandona o contexto daquela comunidade, quem é que abandona quem? São os estudantes que abandonam a escola, como muito se fala, ou é a escola que abandona o aluno?”. Declaração de Tereza Perez, diretora-presidente da comunidade educativa CEDAC em matéria do portal Nova Escola sobre abandono e evasão escolar (CECILIO, 2019).

às diferentes definições e a posição de cada um deles na hierarquia do campo da pesquisa educacional. De certo modo, trata-se de tentar saber quais foram os enquadramentos teóricos em jogo, as estratégias de argumentação postas em prática, considerando não somente as posições institucionais dos pesquisadores na hierarquia da pesquisa educacional brasileira, mas também o grau de suas adesões às representações dominantes do que vem a ser um percurso educacional considerado legítimo no interior dos sistemas escolares nacionais.

Por exemplo, pode-se referir à costumeira representação da burocracia educacional brasileira que faz referência à distorção idade/série ou idade/ano<sup>5</sup>. Por que “distorção”? A palavra distorção remete às ideias de deformação, desvirtuamento, infidelidade etc. Há outras designações. Por vezes, a expressão utilizada pela burocracia é “defasagem” idade/série ou ano, o que remete às ideias de diferença, atraso, descompasso e falta de sintonia. Há sensíveis distinções semânticas entre “distorção” e “defasagem” cujas implicações gerenciais podem ser desprezíveis, mas, do ponto de vista da classificação social dos estudantes, nem tanto. Nesse caso, se o pesquisador tomar de empréstimo as definições gerenciais desse fenômeno de modo acrítico, ele não estará apenas “escolhendo” uma definição, mas, ao mesmo tempo, estará incorporando uma predefinição das origens ou determinações do mesmo fenômeno.

De fato, o estudo das representações dos especialistas não consiste em arbitrar qual definição por eles adotada estaria certa ou errada. O objetivo é descrever e entender o processo pelo qual os indivíduos são educacional e socialmente designados como repetentes, evadidos, fracassados, disciplinados, aprovados, dedicados, bons alunos etc. e as consequências dessas designações para a compreensão do modo como se compreende os eventos de fluxo escolar em uma escola de massa. Escola esta, no caso brasileiro, atravessada por não poucas classificações hierárquicas ordenadoras, e indutoras de atitudes, comportamentos e práticas por parte das diferentes classes sociais que a frequentam.

O período escolhido de publicação dos textos no portal Educ@ foi 2016 – 2021. A escolha não foi casual. No caso brasileiro, este período corresponde a algo mais do que um tempo de turbulências, consiste num tempo de retrocessos e agravamento da exclusão e da desigualdade social/escolar.

---

<sup>5</sup> O estudante é considerado em situação de distorção ou defasagem idade-série, quando a diferença entre a sua idade e a idade prevista para a série ou ano escolar é de dois anos ou mais.



---

Da conclusão do processo de impeachment da ex-presidente Dilma V. Rousseff em 31 de agosto de 2016 à posse do atual presidente Jair M. Bolsonaro em 1º de janeiro de 2018, o País passou por um verdadeiro cataclismo institucional. A crise política que se arrasta até os dias atuais tem hoje o seu foco de irradiação principal no Presidente da República e seu governo, mas teve como origem o processo que produziu o golpe midiático, jurídico e parlamentar que derrubou o governo eleito, encabeçado pela então presidente Dilma Rousseff. Nos limites destas linhas é impraticável reconstituir, mesmo em traços gerais, as artimanhas, vilezas e ilegalidades exibidas por instituições, agentes privados e autoridades públicas ao longo daquele período. Sobre os feitos e mal feitos de nossa classe política, aí incluídos representantes dos três poderes e do dito “quarto poder”, a mídia tradicional, merecem destaque os efeitos deletérios de sua atuação sobre a sociedade: descrédito acentuado em relação às instituições democráticas; desconfiança generalizada em relação à própria ideia de política e; como consequência, elevação progressiva da expectativa da população por soluções autoritárias para os seus problemas.

Do ponto de vista social e econômico, pode-se dizer que o país foi desacelerando continuamente a sua economia, ao passo que foi acelerando a deterioração dos indicadores sociais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil conta atualmente com 14,7 milhões de desempregados, seis milhões de desalentados (desistiram de procurar trabalho) e 34,2 milhões de trabalhadores informais. Do ponto de vista social, são 19,3 milhões brasileiros que passam fome e 27 milhões abaixo da linha da pobreza. Segundo o último relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), que utilizou a base de dados de 2019, quando ajustado pela desigualdade, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil caiu 24,5%. Como a desigualdade brasileira está entre as mais altas do mundo, esse ajuste derrubou o país em 23 posições no ranking do IDH. Sem o ajuste, o País passou da 79ª para a 84ª posição, entre 189 países avaliados.

Resultado em parte do impacto da pandemia Covid-19, a queda geral nos indicadores sociais foi igualmente fruto da aprovação de reformas ultraliberais, levadas a cabo para exibir continência fiscal aos investidores estrangeiros e, supostamente, elevar a sua confiança no Brasil. Na prática, a imposição da fórmula privatização mais desregulamentação do mercado de trabalho percorreu o caminho do casuísmo político predominante nos últimos anos. Sem o necessário debate

público, foram aprovadas por um Congresso Nacional, eleito sob a égide da crise institucional crônica e também sob forte intervenção abusiva do poder judiciário e inclusive do poder militar, a reforma Trabalhista, a PEC 55<sup>6</sup>, a reforma da previdência e outros recursos legislativos que alteraram profundamente o pacto anteriormente vigente entre capital e trabalho no Brasil. Como consequência, tem-se hoje um contexto absolutamente estranho aos cenários que ajudaram a legitimar a aprovação das reformas. Ao invés de uma economia pujante, em virtuosa recuperação e crescimento, o Brasil é hoje um país que não mais permite qualquer horizonte otimista de perspectivas para a imensa maioria das classes sociais.

Do ponto de vista sanitário, o país também foi assolado pela pandemia Covid-19. No caso brasileiro, a velocidade da contaminação comunitária do vírus Sars-Cov-2 contou com a inépcia do Governo Federal em relação às medidas de contenção da contaminação e tratamento da doença. Além disso, a sociedade assistiu perplexa à transformação da pandemia em um reles instrumento de alfinetadas políticas nos governadores e prefeitos de oposição por parte do Presidente da República. Em consequência, o Brasil se encaminha para a impressionante marca de 600 mil mortes. Em 17 de setembro do ano corrente, o país registrava 589.573 mortes e 21.080.219 casos de Covid-19.

As adversidades para o campo educacional não se reduziram aos cortes orçamentários e interrupção de algumas políticas públicas claramente exitosas. Assiste-se hoje a um ataque sistemático do Ministério da Educação à própria noção de educação pública. Não há limites cabíveis nas linhas do presente texto para detalhamentos, mas a esfera educacional brasileira passou a conviver com elogios extravagantes à ideias polêmicas como *homeschooling*, escolas cívico-militares, ideologia de gênero, escola sem partido e outras posições tão distantes, quanto estranhas aos graves e resilientes problemas educacionais do país. Nesse torvelinho de discursos oficiais patéticos, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 virou letra morta, e as desgastantes polêmicas em torno da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) serviram para turvar ainda mais o caótico contexto educacional brasileiro.

---

<sup>6</sup> Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55/2016), que limitou o crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos, alcançando os três poderes, além do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

Nos últimos anos, escolas e universidades de todo o país recorreram ao ensino remoto para prosseguir as atividades letivas durante o distanciamento social imposto pela pandemia Covid-19. A par dos superlativos problemas decorrentes de toda sorte de adaptações tão urgentes, quanto precárias para responder aos desafios impostos pelas plataformas digitais de ensino, professores, estudantes e suas famílias seguem submetidos às controvérsias intermináveis a respeito da conveniência ou não do retorno imediato às aulas presenciais. Do lado de muitas autoridades públicas e setores empresariais do ensino, a defesa intransigente do retorno presencial não considera devidamente a falta de cobertura vacinal da população, as oscilações das curvas de contaminação, a ocupação de leitos de UTI em hospitais, a ausência de exames de rastreamento em massa da contaminação e, no caso do setor público, a visível falta da infraestrutura necessária para a segurança sanitária das escolas. Esta última, decorrente em boa medida das políticas de ajuste fiscal, conduzidas por muitos governadores há décadas e pelo governo federal nos últimos cinco anos. Fato curioso é que, não raro, os mesmos governadores e secretários de educação, entusiastas do retorno às aulas presenciais de modo açodado para assegurar “o direito à educação” das crianças e jovens, foram também aqueles que, nos anos anteriores à pandemia, impuseram aos seus sistemas de ensino cortes orçamentários que comprometeram a infraestrutura escolar hoje tão necessária para um retorno sanitariamente seguro às aulas presenciais.

Portanto, o contexto atual é adverso em muitos sentidos. No entanto, os artigos aqui selecionados para estudo não serão analisados com o fito de identificar as relações entre o que neles foi dito sobre a evasão escolar e as múltiplas adversidades da época em questão. Como o leitor poderá perceber, os artigos foram escritos ainda sob a influência do contexto imediatamente anterior às crises institucional, econômica, social e sanitária. A ideia foi estabelecer o que o “senso comum erudito” da *intelligentsia* educacional brasileira produziu sobre as representações/definições de evasão escolar durante o período em foco. Com base nos resultados do estudo empreendido, poder-se-á reunir alguns subsídios para projetar as tensões conceptuais futuras em relação ao modo como se conceberá a evasão escolar diante do “novo normal” socioeducacional brasileiro que se delineia no horizonte próximo.

---

A pretensão das linhas a seguir, portanto, não é elaborar um registro dos artigos publicados sobre a evasão escolar no período em foco, nem mesmo tornar visível a complexidade inerente ao objeto, mas estabelecer uma classificação e compreensão do conteúdo dos textos que leve em conta as condições em que se desenvolveram os estudos, para que se possam delinear os desafios metodológicos e conceptuais que a evasão irá cobrar no período seguinte ao enfraquecimento dos piores efeitos da crise multidimensional que assola a educação e a sociedade brasileira.

### **O fenômeno Evasão escolar: tema de pesquisas e de políticas públicas**

A evasão escolar não é um fenômeno recente, nem de explicação e de controle simples. Os artigos analisados evidenciam o consenso de que a evasão não está circunscrita a um único momento histórico nem a uma determinada localidade ou grupo populacional. Para Lamers; Santos; Toassi (2017), sistemas educacionais de diversas partes do mundo têm a evasão como um dos seus principais problemas. Desde os sistemas escolares europeus até os latino-americanos sofrem os impactos deletérios desse fenômeno. Eles consignam à evasão escolar um lugar de relevância tanto como objeto de investigação quanto como elemento a ser enfrentado no terreno das políticas educacionais.

Esses estudiosos concordam com Vidales (2009), que a retenção e a evasão no Ensino Superior têm se constituído como questões relevantes na maioria dos países, desde os europeus até os latino-americanos, demonstrando que o abandono e as sucessivas reprovações são fenômenos complexos e multidimensionais que constituem uma problemática educativa e social. Segundo Silva Filho et al. (2007), [a evasão escolar] é objeto de diversos estudos nacionais e internacionais, pois implica o resultado dos sistemas educacionais. No Brasil, há muito tempo a evasão constitui-se num dos mais graves problemas educacionais, portanto, “a evasão de alunos [da educação básica e] do ensino superior é um problema de grande importância no Brasil.” (MARQUES, 2020, p. 1074).

Além de espalhado mundo a fora, trata-se, também, de um fenômeno que afeta a educação escolar ao longo da história da humanidade. Não obstante esse tema tenha ocupado um lugar de destaque nos debates e tentativas de políticas da atualidade, sua ocorrência é antiga e seus reflexos seguem ameaçadores.

---

A evasão escolar é um dos relevantes temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões na esfera da educação pública brasileira e que, infelizmente, ainda nos dias de hoje, ocupa um importante espaço no cenário da educação nacional. (CAMARGO; RIOS, 2018, p. 41).

Os artigos analisados também destacam o grau de importância e de complexidade dessa temática. Os estudiosos insistem em destacar que a compreensão e o enfrentamento da evasão escolar merecem especial atenção, visto não tratar-se de um fenômeno simples, nem de fácil entendimento. Resta claro que “tratar da evasão escolar é um tema complexo, pois, requer que se vá além dos índices de desistência, tentando a atenção às causas e consequências desse problema.”. (OSTROVSKI; CORREIA, 2018, p. 25).

Assim, concordando com Laguardia e Portela (2009), é preciso compreender melhor a questão, visto que é um fenômeno multifacetado e complexo que pode ser tratado a partir de várias perspectivas [...]. (ALBERTI; PEREIRA, 2018, p. 282). Asseveramos que a evasão escolar não pode ser entendida distante de uma conjugação de elementos sócio-político-econômicos. A tarefa de refletir sobre esse fenômeno educacional impõe o emprego de lentes constituídas de diferentes matizes e miradas em diferentes direções. Vê-se, portanto, que a natureza complexa e diversa constitui o substrato que fundamenta e aproxima os estudiosos da temática em tela. Assim, impõe-se o desafio de aprofundar o entendimento teórico-epistemológico sobre a evasão escolar.

### **Evasão escolar: uma concepção em construção**

Há bastante tentativas de elaboração de um conceito sobre evasão escolar, todavia ainda “não existe um consenso na literatura internacional relativo à compreensão do termo evasão escolar [...]”. (PRESTES; FIALHO, 2018, p. 872). Esse segue sendo um desafio imposto a pesquisadores e demais interessados nessa temática. Ainda é preciso que novos estudos ampliem e aprofundem as reflexões sobre o conceito de evasão escolar.

Todavia, os artigos analisados revelam que a evasão escolar é um território em disputa. Tanto a formulação de sentidos, quanto o tratamento que lhe é conferido, obedecem a interesses e propósitos conflitantes. A variação das formas de apreensão e a (in)tempestividade das decisões de invisibilização e/ou enfrentamento seguem divergentes posições político-ideológicas.

---

Existe uma abordagem diversificada sobre o emprego do termo evasão escolar, que depende do significado a ele atribuído. Um dos grandes problemas, então, passa a ser a definição do entendimento que o pesquisador, a instituição ou o sistema têm sobre esse significado. (VITELLI; FRITSCH. 2016, p. 917).

A identidade da instituição dos pesquisadores e operadores das políticas públicas em alguma medida reflete sobre o teor do seu trabalho. Seja uma instituição de índole mais democrática ou mais diretiva, é difícil que seus membros não sejam alcançados pelo paradigma de gestão institucional. Há, nesse terreno, sutilezas nem sempre evidentes, mas absolutamente imperativas e de diversas ordens. Assim:

[...] ao tentar esclarecer a problemática da evasão, é necessário considerar-se a subjetividade que se esconde por de trás dela e que se tenha cautela em seu desvelamento, pois está diretamente relacionada à questões sociais, familiares, econômicas e profissionais. (OSTROVSKI; CORREIA, 2018, p. 26).

Ainda sobre as disputas e imprecisões relativos aos sentidos da evasão, (PRESTES; FIALHO, 2018, p. 872) alertam que “dependendo do que se considera como ‘evadido’ aparecem grandes divergências nos resultados relacionados com as taxas de evasão. Assim, os próprios dados estatísticos, a mera matematização, não podem ser proclamados isentos de algum componente conflitante.

Na tentativa de contribuir com a aclaração da noção de evasão escolar (MARQUES, 2020, p. 1064) recorrem a Santos Junior e Real (2017) ao lembrarem que, na década de 1990, as discussões acerca da evasão do ensino superior separavam três tipos de evasão: “Evasão de curso”, que ocorre quando o estudante tem uma evasão temporária para outro curso na mesma instituição; “Evasão da instituição”, quando o estudante se matricula em outra IES; e “Evasão do sistema de ensino superior”, quando o estudante abandona o ensino superior.

Nessa mesma esteira, segundo a compreensão de Laguardia e Portela (2009), a evasão significa a “saída do aluno de um curso ou programa educacional sem tê-lo completado com sucesso, assumindo-se que esse êxito corresponde a uma certificação ou conclusão com aprovação”. (ALBERTI; PEREIRA, 2018, p. 282).

Vê-se, nessa tentativa de conceituação, a prevalência da dimensão gerencial. Nele, não se percebe a intenção de problematização, pois não estabelece conexões com aspectos externos à instituição escolar. Assim, aparentemente a



evasão escolar implica um movimento de travessia entre cursos, instituições de ensino e de saída do sistema escolar.

Numa perspectiva bastante assemelhada, todavia com um tanto ampliada, a “evasão significa a não finalização de uma unidade educacional (escola, curso, treinamento, qualificação, especialização ou qualquer outra modalidade educacional) que conduza o alunado a um conhecimento especializado.” (PRESTES; FIALHO, 2018, p. 872). Aqui, os autores partem da dimensão gerencial, mas incluem, explicitamente, a conseqüente perda de assunção do sujeito evadido a um conhecimento especializado. Portanto, a evasão implica a perda de possibilidade do indivíduo de saber mais sobre uma determinada área do conhecimento.

Em sentido diferente da dimensão tecnicista, a evasão escolar pode ser compreendida segundo uma racionalidade mais problematizadora, que parta dos embates de um mundo em constante transformação. Vista sob um olhar orgânico:

[...] a evasão, outrora compreendida como abandono de curso por dificuldades de toda ordem, pode ser complexificada em todas as suas nuances levando-se em conta, por exemplo, o fluxo nacional de alunos engendrado por essas transformações. (RANGEL et al, 2019, p. 29).

Nessa trilha, adverte-se que a dimensão gerencial não reúne os elementos suficientes para conceituar a evasão escolar, tema, na visão deles, bastante complexo. Dessa maneira, com o excerto supra os autores indicam um aprofundamento da noção de evasão escolar ao pressuporem que ela é composta de matizes, de nuances múltiplas. Portanto, a evasão escolar consiste num fenômeno fluido, em permanente processo de metamorfoseamento, assim como as relações entre os sujeitos, dos sistemas escolares e da sociedade.

É a partir dos desdobramentos dessa teia de interesses e práticas conflitantes que a evasão escolar deve ser pensada, pois, segundo Patto (1996), a evasão/fracasso escolar interfere na formação pessoal, humana e impede a formação profissional. Assim, reafirmada sua natureza pluridimensional, nota-se que, sob a lente orgânica, a tarefa de conceituação da evasão escolar exige a mobilização articulada de insumos concretos e subjetivos.

Desta forma, acreditamos que o uso do conceito de *evasão* para referir-se ao fenômeno de saída prematura de alunos [...] precisa ser problematizado e revisto, uma vez que ele tem orientado ações institucionais baseadas nessas definições, com eficiência e eficácia questionáveis. (RANGEL et al, 2019, p. 39).

Nele, devem integrar elementos da vida privada dos sujeitos; sua inscrição na sociedade a partir das dimensões classe, raça e gênero, das (in)decisões dos sistemas educacionais e das próprias escolas; do modelo de Estado Nacional; e das interferências/movimentos internacionais. Diversas e imbricadas são as nuances que compõem a noção de evasão escolar. Desse modo, as alternativas de controle dependem de pesquisas sérias e da formulação de políticas associadas a elementos concretos e subjetivos variados.

No que respeita às contribuições dos artigos analisados sobre a noção de evasão escolar, verifica-se a prevalência de uma disputa entre duas dimensões, aqui denominadas de gerencial e orgânica. Ademais, tanto uma quanto a outra não apresentaram um conceito pronto, acabado. Verificamos que, nas tentativas de conceituação, há uma prevalência dos elementos que devem compô-lo, haja vista não ser um fenômeno linear. A evasão não atinge, de igual modo, os estudantes de todas as regiões do país, de todas as classes sociais, de todos os níveis e modalidades de ensino, de todos os turnos, de todos os cursos e todas as faixas etárias. Sua manifestação é sempre mais intensa entre os grupos populacionais socialmente mais vulneráveis. Assim, depreendemos que muito ainda há que se fazer acerca dessa empreitada.

Dentre as importantes contribuições dos trabalhos analisados, asseveramos que a noção de evasão escolar de ontem não serve para o tempo presente; mais do que isso, ela não serve também para todas as realidades. Todavia, sob qualquer olhar, a evasão escolar consiste no extermínio das possibilidades de uma vida cidadã, produtiva e de qualidade para os que têm o direito à educação escolar negado. A busca de alternativas para reduzir os elevados índices de evasão que afeta sobremaneira estudantes pobres, negros, e moradores de periferias e do campo é uma necessidade que não pode mais ser adiada. É uma responsabilidade coletiva, do poder público, das famílias e dos pesquisadores do campo educacional.

### **Controle da evasão escolar: alguns apontamentos alternativos**

Mais do que estabelecer uma discussão sobre a natureza e concepções, os artigos apreciados ocupam-se de pensar caminhos alternativos de enfrentamento da redução dos índices e controle da evasão escolar no Brasil. Nos trabalhos constam possibilidades entrecruzadas de enfrentamento da evasão, restando clara sua

magnitude e a necessária articulação entre os estudantes, os profissionais da educação e os gestores públicos em vista da tomada de novas e melhores decisões pedagógicas e institucionais.

[...] deve haver o acompanhamento e a implementação de políticas públicas educacionais em relação à igualdade de oportunidades de acesso à educação, e que a avaliação institucional, por ocorrer dentro da IES, com a comunidade acadêmica, no trabalho docente, na gestão das instituições e na definição curricular, é um importante meio de correção de metas e objetivos, podendo florescer métodos institucionais que garantam a permanência do discente. (SANTOS; PEDROSO; OLIVEIRA, 2021, p. 5).

Não se trata da apresentação de fórmulas ou estratégias uniformizantes, que sirvam para todas as diferentes realidades, visto que “os sistemas acadêmico e social podem ser bastante assimétricos, mas estão sempre interligados.”. (LIMA JUNIOR et al, 2020, p. 4/15).

Constam, em alguns trabalhos, indicativos de possibilidades problematizadoras, que variam entre as de ordem acadêmica, de gestão socioeducacional e instrumental. Sobre este último aspecto:

Na medida em que os alunos relatam que aprendem melhor com uso de computadores, processos didáticos que integrem recursos presentes nas tecnologias digitais de informação e comunicação podem ser promissores para superá-lo. (NASCIMENTO; SALVIATO-SILVA; AGLI, 2019, p. 196).

A vinculação do controle da evasão à ampliação do uso de equipamentos tecnológicos nas salas de aula aparece como um dos caminhos promissores. Trata-se, portanto, de ampliar a inserção das tecnologias digitais de informação e comunicação no currículo escolar. Sobretudo estudantes da educação básica, de faixa etária mais baixa, considerados nativos digitais<sup>7</sup>, mantêm, invariavelmente, uma relação de considerável intimidade com a tecnologia. Assim, intensificar e robustecer o encontro entre os estudantes nativos digitais, as tecnologias digitais de informação e comunicação e as práticas curriculares podem restaurar o vínculo com a escola, reduzindo o risco de evadir.

Novas pesquisas são necessárias, inclusive sobre eventual relação entre a autonomia operacional, relacionada ao conhecimento técnico, com autonomia moral, que aponta no sentido de como essa imersão em idades

---

<sup>7</sup> Para saber mais, ler PRENSKY (2001a).

---

cada vez mais precoces na cibercultura, pode influenciar o processo de desenvolvimento moral do indivíduo. (NASCIMENTO; SALVIATO-SILVA; AGLI, 2019, 197).

Ainda sobre a utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação no enfrentado da evasão escolar, outro apontamento é o que destaca a necessidade de consolidação de uma cultura cibernética. Práticas pedagógicas cotidianas associadas às tecnologias digitais contribuem para a formação de sujeitos não somente hábeis no manuseio de equipamentos, programas e aplicativos mas, sobretudo com capacidade de compreendê-las enquanto fenômeno tecnológico e social, de modo a posicionarem-se com autonomia ante os usos e finalidades. Destarte, as tecnologias digitais instrumentalizam tecnicamente os alunos e, mais do que isso, constitui-se pressuposto pedagógico para a formação axiológica, dos valores da vida cidadã.

Outro apontamento importante tem a ver com a atuação do poder público enquanto produtor de pesquisas e formulador de políticas públicas. É necessário dizer que [...] ainda são escassos os estudos e ações governamentais acerca da evasão escolar, o que mostra a falta de inovação acerca desse tema. (SANTOS; PEDROSO; OLIVEIRA, 2021, p. 1). Assim, resta realçar que compete aos gestores públicos a tarefa de desenvolver mais estudos sobre esse fenômeno educacional capazes de fornecer dados consistentes e adequados ao subsídio da elaboração de políticas públicas de controle da evasão escolar, comprometidas com o fortalecimento dos vínculos entre escola e sociedade. Como já dito anteriormente, tem sido predominantes estudos e pesquisas realizados por instituições públicas focados na dimensão gerencial, com baixa problematização e quase sempre desacompanhados de alternativas práticas.

### **Algumas considerações derradeiras**

É adequado dizer que a ausência de consenso relativa à concepção de evasão na literatura educacional nos impõe a necessária ampliação e aprofundamento de estudos acerca dessa temática. Nessa mesma esteira, é forçoso acentuar que o aludido dissenso não consiste, em si, num problema tão relevante para esse campo de estudo, dada sua complexidade. Todavia, asseveramos que é exatamente no vácuo resultante dessa imprecisão conceitual que erigem-se as consequências práticas em forma de políticas públicas. As consequências das ações institucionais

atinentes à evasão escolar, movidas à luz da corrente gerencial ou da orgânica, constituem-se, intrinsecamente, dos seguintes elementos: epistemológico, temporal e geográfico.

Assim sendo, se a inspiração conceitual adotada seguir a corrente gerencial, ter-se-á planos, programas ou políticas públicas de enfrentamento da evasão escolar regulatórios, com a intenção de modular a evasão, mantendo-a disfarçadamente. Do ponto de vista epistemológico, as ações institucionais partem de uma ideia privatista de evasão escolar. Assim, ela é tomada, quase sempre, como o fracasso do aluno, sem a realização do devido aprofundamento de questões relativas à escola e ao sistema educacional. Essas ações partem de um diagnóstico basicamente quantitavista; temporalmente, as ações apresentam-se marcadas pela provisoriade. Elas são forjadas de maneira instantânea e aligeirada, portanto, com o espectro de efeito episódico; e do ponto de vista geográfico, são ações que partem de uma realidade abstrata, descontextualizada, matematizada. Nessa perspectiva, essas ações universalizantes servem para uma realidade socioeducacional linear, sem contradições e sem desigualdades.

Em sentido diferente, se a inspiração conceitual adotada seguir a corrente orgânica, ter-se-á planos, programas ou políticas públicas de enfrentamento da evasão escolar compensatórios, propondo estratégias e recursos suficientes e adequados à superação, que visem a equalização entre os gastos e os resultados educacionais e a mitigação das desigualdades sociais e regionais. Epistemologicamente, as ações institucionais partem da ideia de evasão escolar como exclusão e desigualdade e com razões extra e intraescolar. Assim, seus efeitos e responsabilidade de enfrentamento são estendidos para toda a sociedade. Não somente os alunos, mas todos os demais agentes sociais são instados a participar da elaboração e desenvolvimento de estratégias e táticas de controle e superação; do ponto de vista temporal as ações assumem caráter de perenidade. Sua constância não tem o fim em si mesma mas em manter sob rigoroso controle a abreviação da vida escolar dos estudantes. São perenes quanto ao compromisso de assegurar a constância da garantia da permanência e do êxito escolar com qualidade social; e no que respeita à natureza geográfica, as ações partem da realidade concreta e imediata dos agentes educacionais, incluindo alunos, famílias, docentes e gestores públicos. O contexto, com todas as suas peculiaridades e diferenças são o lastro, o ponto de

partida de formulação dessas ações. E dos/nos próprios e diferentes lugares afetados pela evasão que são fecundadas as ações de controle e mitigação, de modo que as ações forjadas para um determinado local não servem, necessariamente, para outro.

Cabe realçar também os diferentes usos das tecnologias digitais da informação e comunicação na chave da divisão gerencial versus orgânica. Para os nativos digitais, a incorporação das tecnologias poderá encerrar o potencial de elevar a sua identificação com e sentimento de pertencimento com a escola, caso semelhante política não seja concebida como recurso de gestão para reduzir custos fixos com a remuneração de professores e infraestrutura escolar. Em um futuro próximo, quando as adversidades poderão ser menores em grau, mas não desaparecerão, as tecnologias digitais poderão jogar um papel importante na luta contra a evasão de uma geração formada em um ambiente cultural e intelectual digitalizado, ao contrário da geração anterior que é a geração que está atualmente tomando as decisões sobre ensino nas escolas e universidades.

### Referências Bibliográficas

ALBERTI, Taís Fim and PEREIRA, Zoica Bakirtzief da Silva. Persistência e evasão em aprendizagem mediada por tecnologias de informação e comunicação. **Educação. UNISINOS**, Out 2018, vol.22, no.4, p.278-287.

BERGER, Peter. Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção da realidade social**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

CAMARGO, Douglas Branco de and RIOS, Mônica Piccione Gomes. Evasão escolar na 1ª série do ensino médio: o caso de Joaçaba, Santa Catarina. **Eccos Rev. Cient.**, Maio 2018, n. 46, p. 33-51.

CECILIO, CAMILA. **Abandono e evasão**: aluno deixa a escola ou a escola se distancia da realidade do aluno? Nova Escola. 30 jul. 2019. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2217/abandono-e-evasao-escolar-estudante-deixa-a-escola-ou-a-escola-se-distancia-da-realidade-do-aluno>>. Acesso em: 15 set. 2021.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Barcarena (Portugal): Editorial Presença, 2004.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, Dominique et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LIMA JÚNIOR, Paulo et al. A Integração dos Estudantes de Periferia no Curso de Física: razões institucionais da evasão segundo a origem social. **Ciência educ.**, 2020, vol.26.



LIMA, Marcos Antonio Martins et al. Algoritmos de avaliação: modelagem e aplicação no estudo da evasão discente. **Est. Aval. Educ.**, Maio 2020, vol.31, no.77, p.318-340.

MARQUES, Felipe Tumenas. **A volta aos estudos dos alunos evadidos do ensino superior brasileiro. Cad. Pesqui.**, Out 2020, vol.50, no.178, p.1061-1077.

NASCIMENTO, Wagner Roberto Dias, SALVIATO-SILVA, Ana Cristina and AGLI, Betânia Alves Veiga Dell'. O desempenho em tecnologias digitais para aprendizagem: um estudo com universitários. **ETD - Educ. Temat. Digit.**, Jan 2019, vol.21, no.1, p.182-201.

OSTROVSKI, Crizeli Silveira and CORREIA, Zélia Delgado. Educação de jovens e adultos e a evasão escolar: análise e proposição. **Educ. Teoria Prática**, Abr., 2018, vol.28, no.57, p.23-40.

PRENSKY, M. Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, Marc. On the Horizon. **NCB University Press**, Vol. 9 No. 5, October (2001a).

PRESTES, Emília Maria da Trindade and FIALHO, Marília Gabriella Duarte. Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Jul 2018, vol.26, no.100, p.869-889.

RANGEL, Flaminio de Oliveira et al. Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. **Ciência educ.**, Jan 2019, vol.25, no.1, p.25-42.

SANTOS, Monique Matsuda dos; PEDROSO, Isabela Gomes Ferreira; OLIVEIRA, Sandra Cristina de. Percepção discente sobre cursos de graduação em Ciências Agrárias e Humanidades da UNESP. **Educ. Pesqui.**, 2021, vol.47.

SILVA, Nelson do Valle. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (Orgs.). **Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2003.

VITELLI, Ricardo Ferreira and FRITSCH, Rosangela. Evasão escolar na educação superior: de que indicador estamos falando?. **Est. Aval. Educ.**, Dez 2016, vol.27, no.66, p.908-937.

**José Adelmo Menezes de Oliveira**

Aracajú, Sergipe, Brasil

Possui Doutorado em Educação, com Tese sobre Formação Profissional da Pessoa com Deficiência e Mestrado em Educação Tecnológica (1997). É Especialista em Metodologia do Ensino Superior (1993). Licenciado em Pedagogia (1991). É professor efetivo do Instituto Federal de Sergipe/IFS. Atuou como Pró-Reitor de Ensino do Instituto Federal de Sergipe, de 2010 a 2014. Foi Coordenador (eleito) do Fórum de Dirigentes de Ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, biênio 2012-2014. Atuou como professor na Universidade Estadual de Feira de Santana/BA e em Faculdades particulares em Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, desde 1998. É Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional e Tecnológica, desde 2009. É o Presidente (eleito) da Associação Brasileira de Prevenção da Evasão na Educação Básica e Superior, biênio 2020/2022. É o Coordenador Institucional do Programa Residência Pedagógica do IFS, Edição 2020-2021. É pesquisador e possui publicações na área de Educação, com ênfase em Educação Profissional, Evasão escolar e Educação Especial na perspectiva Inclusiva.

**E-mail:** adelmo.oliveira@ifs.edu.br**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8946907378982244>**Eduardo Magrone**

Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1990), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994) e doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2004). Atualmente é professor associado iii da Universidade Federal de Juiz de Fora e pesquisador associado do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas educacionais, ensino superior, sociologia da educação, educação básica e escola pública.

**E-mail:** eduardomagrone@gmail.com**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0261655106007003>**Recebimento: 19/09/2021****Aprovação: 08/10/2021**

Q.Code

**Editores-Responsáveis**Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, BrasilDr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França